O MINISTÉRIO PÚBLICO E A UNIFICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Antonio Cezar Lima da Fonseca
Procurador de Justiça no RS

INTRODUÇÃO.

Se não é de hoje o descaso das autoridades para com a execução penal, imagine-se a execução da medida que decorre do ato infracional. Daí por que afirmamos: antes tarde do que nunca, pois, finalmente saiu dos escaninhos do Legislativo a Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012). O SINASE já era previsto em documento elaborado a partir de trabalho do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente -, estabelecendo parâmetros para a execução da medida socioeducativa, orientações que muitas vezes não eram seguidas gerando alguma insegurança jurídica na sua execução.

Como se sabe, o juiz deve reavaliar as medidas socioeducativas, acompanhando o atendimento destinado ao adolescente, quando poderá progredi-las (progressão), regredi-las (regressão), substituí-las (substituição) ou prorrogá-las (prorrogação). Tudo isso integra o processo de execução das medidas socioeducativas, que até então não tinha rumo ou porto seguro. A nova Lei traz regras e critérios que norteiam essa execução, abrangendo todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.¹

A ausência por mais de vinte anos da regulamentação de uma política oficial e dos próprios rumos na execução de medidas socioeducativas, levada ao plano daqueles que necessitavam dessas políticas – adolescentes que praticam ato infracional -, que agora foram delineadas, certamente, gerou-lhes um dano imensurável e desnecessário.

Embora com algumas lacunas, porque a Lei jamais poderia abranger todas as hipóteses possíveis, trata-se de uma tentativa de evitar aquelas ‘mudanças de opinião’ que gerenciavam a execução de medidas.

Essa regulamentação das medidas socioeducativas era antiga reivindicação da doutrina e da prática executivo-estatutária. Como se disse, estava gerenciada por normativa do CONANDA, mas sem a obrigatoriedade que ora se impõe. João

¹ Art. 1º, § 1º, Lei n. 12.594/2012.

Batista Costa Saraiva,² em clássico estudo, já anotava que, da *lacuna legislativa* resultava o *avanço da discricionariedade e do arbítrio na execução das medidas socioeducativas*.

A recente Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, faz cumprir o art. 227, § 1º, inc. I, § 3º, incs. VI, VII, § 8º, inc. II, da CF, criando o SINASE, ou seja, Sistema Nacional, Estadual e Municipal de Atendimento Socioeducativo,³ regulamentando a execução das medidas socioeducativas impostas ao adolescente que pratica ato infracional, por ela denominado de *socioeducando*.⁴

Dita Lei define expressamente as competências da União, dos Estados e dos Municípios na matéria⁵ responsabilizando pessoas físicas e jurídicas, colocando certa ordem nos programas de atendimento individuais (PIA ou PAI) e nos serviços prestados por entidades, seja em medidas privativas de liberdade ou em medidas de meio aberto. Enfim, a Lei passou a vigorar no dia 18 de abril de 2012 (art. 90) e surgiu não apenas para ‘regulamentar’ a execução das medidas socioeducativas, mas para esclarecer e definir princípios da execução dessas medidas, uniformizando procedimentos.⁶

A nova Lei contém 90 artigos, sendo dividida em três Títulos. **Título I** dividido em 07 Capítulos e Seções, dos arts. 1º ao 34; **Título II** dividido em 08 Capítulos e Seções, dos arts. 35 a 80 e **Título III** contendo os arts. 81 a 90.

No Título I temos definições e metas do SINASE, ou seja, o entendimento do que seja o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com Disposições Gerais (Cap.I) e alguns princípios,⁷ competências da União, Estados e Municípios,⁸ compreensão dos Planos de Atendimento Socioeducativo,⁹ Programas de Atendimento, em meio aberto e de privação de liberdade;¹⁰ a avaliação e o acompanhamento das entidades do atendimento socioeducativo;¹¹ a responsabilização dos gestores, operadores e entidades de atendimento,¹² o financiamento e prioridades na execução das medidas.¹³

² In: Adolescente em conflito com a Lei. Da indiferença à proteção integral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 105.

³ Arts. 3º a 5º, Lei n. 12.594/2012.

⁴ Arts. 14, 61, 71, 73 e 75, Lei n. 12.594/2012.

⁵ Arts. 3º a 5º, Lei n. 12.594/2012.

⁶ Art. 35, Lei n. 12.594/2012.

⁷ Arts. 1º e 2º, Lei n. 12.594/2012.

⁸ Arts. 3º a 6º, Lei n. 12.594/2012.

⁹ Arts. 7º e 8º, Lei n. 12.594/2012.

¹⁰ Arts. 13 a 17, Lei n. 12.594/2012.

¹¹ Art. 18 a 27, Lei n. 12.594/2012.

¹² Arts. 28 e 29, Lei n. 12.594/2012.

¹³ Arts. 30 a 34, Lei n. 12.594/2012.

O **Título II** trata da “Execução das Medidas Socioeducativas”. Nas ‘Disposições Gerais’ (Cap. I) sobressaem os princípios que devem ser seguidos por ocasião da execução de medidas, tais como, a legalidade, a excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, a prioridade às medidas de cunho restaurativo e que atendam as necessidades das vítimas, a proporcionalidade em relação à ofensa cometida, a brevidade, a individualização da medida, a mínima intervenção sem discriminação do adolescente e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.¹⁴

No **Título III** (arts. 81 a 90) há Disposições Finais e Transitórias,¹⁵ tratando dos prazos de adequação à nova Lei, modificações e adaptações legislativas no próprio Estatuto e em outras leis, bem como regulamentando incentivos e doações financeiras à luz do Imposto de Renda.

Enfim, vamos focalizar dois aspectos, que dizem respeito à atuação efetiva do Ministério Público por ocasião da execução das medidas.

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EXECUÇÃO DE MEDIDAS

Mirabete¹⁶ já advertia que o Ministério Público tem uma atividade fiscalizadora em toda a sua atividade funcional, quer na esfera civil, quer na esfera penal, pois sempre que estiver em discussão numa relação jurídica litigiosa, num conflito de interesses, uma norma de ordem pública ou um direito indisponível, irrenunciável, impõe-se a função fiscalizadora da instituição. Isso ocorre na ação relativa ao ato infracional – a ação socioeducativa.

Na ação socioeducativa ao Ministério Público compete promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.¹⁷ Trata-se de competência exclusiva,¹⁸ que sabidamente não se esgota nos incisos do art. 201, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90 – ECA). Desde a entrevista informal¹⁹ com o adolescente até ao ato extremo de *representar* à autoridade judiciária, para a aplicação de medida socioeducativa,²⁰ podemos dizer que o Ministério Público está ‘promovendo’ a ação socioeducativa. *Promover* não

¹⁴ Art. 35 e incs., Lei n. 12.594/2012.

¹⁵ Arts. 81 a 90, Lei n. 12.594/2012.

¹⁶ *In: Execução Penal*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 215.

¹⁷ Art. 201, inc. II, ECA.

¹⁸ ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 277.

¹⁹ A expressão ‘entrevista informal’ é de Wilson Donizeti Liberati, *In: Comentários ao ECA*. 11ª Ed. Malheiros, 2010, p. 237.

²⁰ Art. 180, inc. III, ECA.

apenas no sentido de ajuizar a representação,²¹ mas de velar pela tramitação, pelo 'andamento' da ação socioeducativa até final sentença, pois tem em si a obrigatoriedade de atuação funcional, na qual o Ministério Público atua como 'parte' e não como *custos legis*;²² *acompanhar* no sentido da firme e dedicada atuação funcional, pessoal e processual peticionando e interpondo recursos até o final do procedimento socioeducativo, sem esquecer que *deve zelar pelos superiores interesses do adolescente, mesmo sendo ele autor de ato infracional*.²³ Neste particular, não está o órgão obrigado a propugnar pela imposição de sanção ao adolescente, em face de quem formulou a representação pela suposta prática de ato infracional, pelo que o Promotor ou o Procurador de Justiça podem livremente propugnar pela não responsabilização do jovem, suposto autor do ato cometido. Como disse Mazzilli,²⁴ *se, ao fim do procedimento, ficar evidenciada sua inocência, diante de sua livre mas motivada apreciação, não só poderá como deverá mesmo propugnar pelo reconhecimento desta, devendo mesmo recorrer por ela, se isto for necessário*.

Dessa forma, a atividade do agente do Ministério Público na área infracional da Juventude, assim como sucede no processo penal dos adultos, não se esgota com a prolação da sentença, uma vez que deve o órgão intervir de forma obrigatória em todo o procedimento e nos incidentes da execução²⁵ devendo manifestar-se previamente a respeito da reavaliação ou substituição de toda e qualquer medida, especialmente as medidas de internação,²⁶ semiliberdade²⁷ e liberdade assistida.²⁸

Por outro lado, sabe-se que é direito do adolescente privado de liberdade entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público,²⁹ o que *implica na obrigação do Promotor de Justiça visitar periodicamente os estabelecimentos de internato mantendo entrevistas com os adolescentes internados, de modo a aferir as condições em que se encontram*.³⁰

²¹ Peça similar à denúncia do processo penal.

²² LIBERATI, Wilson Donizeti. *Op. cit.* p. 240.

²³ LIBERATI, Wilson Donizeti Liberati. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 11ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 241.

²⁴ MAZZILLI, Hugo Nigro. *In: Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. 10ª Ed. Coord. Munir Cury. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 936.

²⁵ Art. 37, Lei n. 12.594/2012.

²⁶ Art. 121, § 6º, ECA.

²⁷ Art. 120, § 2º, ECA.

²⁸ Art. 118, § 2º, ECA.

²⁹ Art. 124, inc. I, ECA.

³⁰ Paula, Paulo Afonso Garrido de. *O Ministério Público e os Direitos da Criança e do Adolescente*. *In: Funções Institucionais do Ministério Público*. Org. Airton Buzo Alves e Outros. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 340.

A nova Lei n. 12.594/2012, Lei do SINASE, impõe novas atribuições ao Ministério Público, seja de cunho administrativo, seja de cunho judicial, todas de intervenção e de caráter obrigatório. Não há e nem pode haver decisão judicial relativa à execução de medida socioeducativa sem a prévia manifestação do agente do Ministério Público.³¹

Inicialmente, a fiscalização administrativa das entidades exige uma pronta atenção do Ministério Público, uma vez que elas têm o prazo de seis meses, a contar de 18-1º-2012, para encaminhar ao respectivo Conselho Estadual ou conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente, a proposta da sua inscrição no Sistema. Dessa forma, depois de 18-7-2012, o agente ministerial de cada Comarca, na qual existam entidades destinadas à proteção de criança e adolescentes, deverá oficiá-las, a fim de verificar se estão devidamente inscritas e adequadas ao Sistema. Isso incoorrendo, o agente do Ministério Público representará ao Juizado visando providências legais, inclusive sob pena de interdição da entidade.³²

Da proposta do Plano Individual de Atendimento (PIA ou PAI) destinado ao jovem deve ser dada prévia vista ao Ministério Público,³³ podendo o órgão postular perícia ou avaliação,³⁴ bem como apresentar impugnações³⁵ e recursos.³⁶ Como se vê, o Ministério Público pode impugnar desde o cadastro dos técnicos, dos planos individuais até a inscrição das entidades, ou a própria direção, caso encontrar fundamentos fáticos ou jurídicos que não recomendem a prestação do atendimento. Embora a Lei não tenha previsto prazo para as impugnações, parece-nos deva ocorrer em três dias contados da ciência pessoal ao agente, em interpretação do art. 41, *caput*, da Lei do SINASE.

Nos programas em meio aberto,³⁷ o agente do Ministério Público tem a incumbência de receber, de seis em seis meses, a nominata dos orientadores credenciados pela direção do programa,³⁸ podendo impugná-la (Incidente de Impugnação) junto ao magistrado da Infância e da Juventude³⁹ e, eventualmente, interpor recurso da decisão da autoridade judiciária, por meio de Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça local. Apresentado ao Juiz o incidente de impugnação, que

³¹ Art. 51, Lei n. 12.594/2012.

³² Art. 81, Lei n. 12.594/2012.

³³ Arts. 41, 53 e 59, Lei n. 12.594/2012.

³⁴ Art. 41, § 1º, Lei n. 12.594/2012.

³⁵ Art. 41, §§ 2º e 3º, Lei n. 12.594/2012.

³⁶ Arts. 42, 43, § 2º e 45, *caput*, Lei n. 12.594/2012.

³⁷ Art. 13, *caput*, Lei n. 12.594/2012: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

³⁸ Art. 13, Par. Ún., Lei n. 12.594/2012.

³⁹ Art. 14, Par. Ún., Lei n. 12.594/2012.

será autuado em apenso ao processo de execução, sem que se suspenda o plano individual,⁴⁰ deverá ser citado o dirigente do programa e a direção da entidade ou órgão credenciado para apresentar a respectiva defesa no prazo de três dias. Entendemos ser esse o prazo para as impugnações e respostas, em face da celeridade que o procedimento exige das autoridades que atuam junto ao adolescente.

As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação devem ser reavaliadas necessariamente no máximo a cada 06 (seis) meses, devendo ser cientificado o Ministério Público,⁴¹ mas este poderá, a qualquer tempo, postular a reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação de liberdade, bem como do respectivo plano individual.⁴² Mesmo no tocante à aplicação de qualquer sanção disciplinar ao adolescente, o Ministério Público tem legitimidade para postular a revisão judicial⁴³ interpondo recurso de Agravo ao Tribunal local. A sanção disciplinar de isolamento não é permitida, exceto para garantir a segurança do adolescente e desde que comunicada em até 24 horas ao defensor, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.⁴⁴

O Ministério Público deve receber do Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo, capitaneado pela União, cópia de relatórios avaliativos, das entidades de atendimento, dos programas e dos resultados da execução das medidas socioeducativas.⁴⁵ Desse relatório participará um representante do Ministério Público, na forma a ser definida em Regulamento,⁴⁶ mas que deverá orientar-se pelas normas de competência de cada Ministério Público.

Por ocasião de eventuais conflitos violentos ocorridos no cumprimento dos programas de privação de liberdade – internação e semiliberdade – a direção da unidade, além de providenciar medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, deve comunicar imediatamente suas providências ao Ministério Público e ao defensor do adolescente.⁴⁷

Da mesma forma, o Ministério Público de cada Comarca deve determinar a forma de fiscalização de aplicação dos incentivos fiscais,⁴⁸ bem como das doações aos Fundos dos

⁴⁰ Art. 41, § 4º, Lei n. 12.594/2012.

⁴¹ Art. 42, Lei n. 12.594/2012.

⁴² Art. 43, Lei n. 12.594/2012.

⁴³ Art. 48, Lei n. 12.594/2012.

⁴⁴ Art. 48, § 2º, Lei n. 12.594/2012.

⁴⁵ Art. 19, §§ 1º e 3º, Lei n. 12.594/2012.

⁴⁶ Art. 18, § 2º, Lei n. 12.594/2012.

⁴⁷ Art. 16, § 2º, Lei n. 12.594/2012.

⁴⁸ Art. 260-J, ECA.

Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ser feito de acordo com as normas da Receita Federal e das previsões estatutárias. A norma que determinava a forma de fiscalização da aplicação de incentivos fiscais pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi revogada, agora havendo um regramento mais claro a respeito das deduções e doações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

2. O REGIME DE UNIFICAÇÃO DE MEDIDAS

A atuação do membro do Ministério Público na execução de medidas socioeducativas, assim como ocorre no processo de execução penal, é imperativa, obrigatória, sob pena de nulidade,⁴⁹ devendo atuar ora como parte, ora como *custos legis*, fiscalizando a aplicação da lei e zelando não apenas pelos interesses da sociedade, mas na defesa dos direitos do adolescente. Dentre esses direitos sobressai a unificação das medidas, que exige atenção e participação efetiva do agente do Ministério Público.

O adolescente pode estar cumprindo uma medida socioeducativa qualquer e, por ato infracional anteriormente cometido ou praticado no curso desse cumprimento (*rectius*: execução), uma sentença em outro processo impor-lhe (nova) medida socioeducativa. Processos diversos e duas medidas. Nesse caso, tal como sucede nas penas criminais, havendo duas ou mais condenações em que tenha ocorrido concurso formal, crime continuado, erro na execução ou resultado diverso do pretendido, será efetuada a unificação das penas impostas em processos diversos.⁵⁰ Ou seja, assim como na Lei Penal (art. 75 e §, CP) e na Lei de Execução Penal (Art. 111, Lei n. 7.210/84), a Lei do SINASE (Lei n. 12.594/2012) prevê sejam *unificadas* as medidas socioeducativas, na forma do art. 45 e §§ 1º e 2º, o que não vinha previsto na norma estatutária (Lei n. 8.069/90).

2.1 O QUE É UNIFICAÇÃO?

A unificação das medidas socioeducativas é um *incidente da execução*, como dizia MIRABETE referindo-se ao processo de execução penal, significando que, *por ela se reduz a duração das penas aplicadas nas várias sentenças*.⁵¹ Isso, *mutatis mutandis*, é que deve ser considerado para as medidas socioeducativas. Apenas o juiz encarregado da execução da medida é que poderá manejar o instituto, considerando-se juiz da execução o da

⁴⁹ Art. 37, Lei n. 12.594/2012.

⁵⁰ MIRABETE, Julio Fabrini. *In: Execução Penal*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 198.

⁵¹ *idem*.

Comarca na qual o adolescente está cumprindo a medida socioeducativa. Claro, isso não significa que o juiz do processo de conhecimento ou mesmo o Tribunal possam ignorar as regras da unificação, pois estas visam gerenciar a duração das medidas impostas em processos diversos, de modo a que elas não fiquem indefinidamente violando garantias processuais do adolescente e/ou prazos legais de cumprimento de medidas. Veja-se que, no caso da internação provisória do adolescente, p.ex., competente para os atos liberatórios e/ou modificativos das medidas será o juiz do processo de conhecimento ou o Tribunal por via recursal.

A unificação transforma várias medidas em uma só, apresentando-se como um dever imposto ao juiz da execução, nada impedindo seja ela postulada pela defesa ou pelo Ministério Público, os quais devem ser previamente ouvidos a respeito da unificação procedida pelo juiz, devendo os mesmos serem intimados da decisão que a aprecia. A unificação das medidas socioeducativas deve ser apreciada pelo juiz da execução, no prazo de três dias, em decisão fundamentada, contados depois da ouvida do Ministério Público e do defensor do adolescente. Parece-nos, s.m.j., que é inviável o uso do *habeas corpus* para a discussão da unificação de medidas, porquanto a Lei do SINASE impõe requisitos objetivos e subjetivos para a ‘reavaliação’ das medidas,⁵² os quais implicam na apreciação de provas constantes dos autos da execução. Por outro lado, como o pedido de reavaliação ou de unificação pode ser feito *a qualquer tempo* pelo Ministério Público ou pela defesa,⁵³ isso determinará resposta/manifestação judicial, a qual poderá ser atacada por recurso próprio (agravo de instrumento).

2.2 A UNIFICAÇÃO DA INTERNAÇÃO

No instituto da unificação interessa sobretudo a unificação da internação, uma vez que ela é a mais gravosa das medidas em meio fechado⁵⁴ e não comporta seja fixada por prazo determinado, sendo sua cessação ou limitação temporal em três anos. Dispõe o Estatuto que em *nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos*,⁵⁵ ou seja, atingido o limite de três anos *o adolescente será liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida*.⁵⁶ Pode ocorrer, entretanto, caso de o julgador, equivocadamente, fixar prazo certo e inferior a três anos à medida de internação e a

⁵² Arts. 43 e 58, Lei n. 12.594/2012.

⁵³ Art. 43, *caput*, Lei n. 12.594/2012.

⁵⁴ Art. 42, § 3º, Lei n. 12.594/2012.

⁵⁵ Art. 121, § 3º, ECA.

⁵⁶ Art. 121, § 4º, ECA.

decisão transitar em julgado. Nessa hipótese, o prazo (já) fixado será considerado como limite máximo da internação, sob pena de prejuízo pessoal e processual ao adolescente.

A manutenção, fixação ou substituição da medida deve ser reavaliada pelo juiz da execução no máximo a cada 6 (seis) meses. Recomenda-se, pedagogicamente, que a (re) avaliação da medida ocorra em prazo inferior aos 06 meses, de três em três meses, p. ex., a fim de 'acompanhar-se' mais atentamente a evolução do jovem.

Consta no art. 45, *caput*, da Lei do SINASE, que *se no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 3 (três) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo.* O art. 45, *caput*, apresenta a regra geral que autoriza a unificação de medidas socioeducativas.

Como se afirmou anteriormente, a autoridade que procede a unificação é a autoridade judiciária da execução e não a do processo de conhecimento, pois muitas vezes o jovem cumpre medida em Comarca diversa àquela na qual onde o fato foi cometido. É ao juiz da execução que se destina o art. 45, *caput*, portanto.

A *nova medida* a que se refere o texto legal,⁵⁷ para ser unificada deve ser da *mesma natureza*⁵⁸ daquela que está sendo executada. Medidas diversas (uma internação e uma prestação de serviços à comunidade, p.ex.), não são de *mesma natureza* - uma é em meio aberto e outra em meio fechado - e não podem ser unificadas como se fossem medidas iguais. Enfim, se três anos é o prazo máximo de internação - prazo a ser considerado também para a semiliberdade e a liberdade assistida⁵⁹, três anos é o prazo (máximo) para a unificação das medidas, especialmente a de internação, uma vez que essa medida (internação) é considerada *a mais grave* em relação a todas as demais.⁶⁰

No art. 45, § 1º, dispôs-se que *é vedado à autoridade judiciária determinar reinício de cumprimento de medida socioeducativa ou deixar de considerar os prazos máximos, e de liberação compulsória previstos na Lei n. 8.069/90, excetuada a hipótese de medida aplicada por ato infracional praticado durante a execução.*

O art. 45, § 1º, é a primeira vedação à autoridade judiciária do feito executivo e contém uma exceção importante.

⁵⁷ Art. 45, *caput*, Lei n. 12.594/2012.

⁵⁸ O art. 45, § 2º da Lei n. 12.594/2012, é expresso ao referir-se à medida socioeducativa 'dessa natureza'.

⁵⁹ No mesmo sentido: João Batista Costa Saraiva. Compêndio de Direito Penal Juvenil, 4ª Ed., Porto Alegre: Liv do Advogado, 2010, pp. 141 e 143.

⁶⁰ Art. 42, § 3º, Lei n. 12.594/2012.

Segundo o texto legal, o juiz da execução não pode ignorar o tempo que o adolescente cumpriu ou tempo que está cumprindo determinada medida, como se o tempo não tivesse decorrido, não existisse ou não estivesse sendo cumprida a medida mesmo que parcial ou de forma provisória. Ocorre uma espécie de detração penal 'qualificada', porquanto decorrido o prazo de liberação compulsória, de internação (três anos), p.ex., o juiz deve determinar a liberação do adolescente mediante alvará de soltura.

A exceção para a manutenção da medida de internação, para além dos três anos, fica por conta do próprio dispositivo, que prevê *medida aplicada por ato infracional praticado durante a execução*. Dessa forma, ato infracional praticado no curso do cumprimento de uma medida em meio aberto ou fechado não ficará sob o manto da impunidade.

No art. 45, § 2º, dispõe-se que *é vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema*.

Certamente, haverá interpretações diversas a respeito do § 2º, do art. 45, acerca da vedação de aplicação de 'nova medida de internação' ao adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa *dessa natureza* (art. 45, § 2º). Isso porque a *natureza* da medida de internação é de medida em meio fechado ao lado da semiliberdade.

Pode ser entendido que a vedação é total, ou seja, (1) se o adolescente cumpriu integralmente uma medida de internação, por três anos, não poderá receber nova medida de internação por algum ato infracional praticado anteriormente ao cumprimento daquela internação. Nesse caso, poderá receber medida de semiliberdade ou liberdade assistida e jamais internação. Por outro lado, (2) se o jovem ainda está cumprindo e/ou não concluiu o cumprimento da medida de internação ou não foi transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, nada impede receba outra medida de internação por fato cometido antes desse cumprimento. Num entendimento mais liberal, alguns poderão entender que, (3) como a Lei prevê vedação de imposição de medida de internação *ao adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida dessa natureza*, incluir-se-ia na proibição a medida de internação e a *semiliberdade*. Nesse raciocínio, cumprida pelo adolescente uma medida de semiliberdade, não se poderia impor uma medida de internação por ato infracional praticado anteriormente ao

cumprimento da semiliberdade, pois essa medida tem a *mesma natureza* da internação (medida privativa de liberdade – art. 15).

Os dois primeiros entendimentos parecem acertados. A última posição é que nos parece discutível ou equivocada, s.m.j., porquanto o mesmo dispositivo legal (art. 45, § 2º), ao final, faz referência a atos infracionais que serão ‘absorvidos’ por aqueles aos quais se impôs a *medida socioeducativa extrema*. A medida socioeducativa *extrema* é a internação (art. 42, § 3º), pelo que, apenas com relação a esta (internação) é que deve ser considerada a impossibilidade de imposição de nova medida de internação por atos praticados anteriormente à própria medida.

Enfim, pelo art. 45, § 2º, o juiz do processo de conhecimento – e não o juiz da execução, claro - pode aplicar outra medida socioeducativa ao adolescente que já tenha cumprido medida de internação, ou ao adolescente que tenha sido transferido da internação para medida menos rigorosa. Como advertiu o Des. Luiz Felipe Brasil Santos, em sessão do TJRS de 22-3-2012, *não está dito uma terceira hipótese, que é a de que ele esteja cumprindo a internação. Se ele ainda está cumprindo, se ele não terminou de cumprir e não progrediu ainda, pode receber uma segunda internação pelo fato anterior. O Juiz, aí, então, quando receber, vai fazer a unificação.*

Dito de outra forma, nos §§ 1º e 2º, do art. 45, temos três principais proibições (vedações) à autoridade judiciária:

1ª) o juiz da execução não poderá determinar o reinício de cumprimento de medida socioeducativa (art. 45, § 1º);

2ª) o juiz da execução não poderá deixar de considerar os prazos máximos, e de liberação compulsória previstos no ECA, ressalvada a hipótese de medida aplicada por ato infracional praticado durante a execução (art. 45, § 2º) e

3ª) o juiz do processo de conhecimento (art. 45, § 2º), à vista da certidão de (maus) antecedentes do adolescente, não poderá aplicar nova medida de **internação**, por atos infracionais praticados anteriormente ao início do cumprimento da internação, ao jovem que já tenha cumprido medida socioeducativa de *mesma natureza* (*rectius*: de internação), ou que tenha sido transferido (progressão) para cumprimento de medida menos rigorosa, pois tais atos são considerados *absorvidos* por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema (internação).

Na prática, se o adolescente cumpriu três anos de internação e sobrevém sentença por ato infracional praticado antes da internação já cumprida, a sentença poderá aplicar semiliberdade, liberdade assistida ou outra medida, dependendo da gravidade do ato, mas jamais nova internação. Se a medida de internação está sendo cumprida pelo adolescente e o jovem (ainda) não foi transferido para cumprimento de medida menos

rigorosa, nada impede a aplicação de outra medida de internação por ato praticado anteriormente à internação que está sendo cumprida.

É preciso observar-se que tratamos aqui de internação por atos infracionais cometidos antes da internação, pois aqueles atos cometidos no curso da internação, um ato praticado na saída do adolescente da unidade, ou cometido contra algum colega internado, p. ex., não terão o mesmo tratamento e eventual internação poderá ser imposta.

A internação-sanção sempre influirá no prazo da medida anteriormente aplicada. Quando se tratar de medida em meio aberto, que vinha sendo cumprida pelo adolescente, se este descumprir alguma condição e vai para a internação-sanção por 90 dias, cumprido esse prazo extingue-se a medida de meio aberto anteriormente imposta, porque o jovem cumpriu medida mais gravosa. Na internação-sanção, nos casos de descumprimento de alguma condição de semiliberdade ou descumprimento de eventual condição na internação com atividades externas, dito prazo será considerado para o cômputo dos três anos da extinção da medida.

Às medidas não privativas de liberdade, mesma forma, aplica-se a unificação, sob pena de, p. ex., por infrações leves, o adolescente cumprir indefinida e sucessivamente uma medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, cujo limite a ser considerado é o prazo de seis meses.

Finalmente, como destacou o Des. Luiz Felipe Brasil Santos, *o que importa nas certidões de antecedentes é sua parte final, ou seja, onde se destaca 'execução de medida', pois tudo o que está antes, na certidão, desimporta para o fim da unificação de medida socioeducativa.* Claro, é preciso detida e criteriosa análise na certidão de antecedentes do jovem, uma vez que as certidões, via de regra, não cumprem um rigorismo formal e não têm modelo administrativo a seguir. Algumas certidões são bem redigidas e organizadas, mas outras se tornam um amontoado de informações que, ao final, podem acabar prejudicando o adolescente.